



RAMALHO, Christina. *O sujeito cultural híbrido: uma categoria para se repensar a identidade*. In: GOMES, Carlos Magno & ENNES, Marcelo Alário. *Identidades. Teoria e prática*. São Cristóvão: Editora UFS, 2008, p.15-25.

## **O SUJEITO CULTURAL HÍBRIDO: UMA CATEGORIA PARA SE REPENSAR A IDENTIDADE**

Christina Ramalho (UFRN)<sup>1</sup>

Desde 1996, ano em que iniciei os estudos de mestrado na UFRJ, as reflexões sobre a identidade, tanto a individual quanto a cultural, passaram a ter espaço destacado nas leituras críticas que me propunha a fazer. O motivo é fácil compreender: a mulher e o heroísmo épico eram o centro de meu interesse; o século XX, e logo o XXI, os terrenos temporais onde concentraria o pensamento. Claro fica também, portanto, a complexa rede teórica a enfrentar.

Em síntese, posso dizer que o contato com pensamentos díspares sobre a identidade, o sujeito e a personalidade — alguns, cabe dizer, de natureza bastante niilista — me indicava termos chegado a um tempo em que tudo que se dissesse sobre esses temas, principalmente se agregados aos focos de meu interesse, estaria fadado à polêmica, uma vez que o emaranhado de formulações existentes apresentava um confronto filosófico e dicotômico, que máxima de Shakespeare “ser ou não ser” muito bem ilustra. Hamlet, nesse sentido, olhando para a caveira e formulando a questão (garimpada, inclusive, da dramaturgia grega) parece-me bem a imagem do/a crítico/a, ou a minha própria, angustiada por compreender a natureza humana através da contemplação do que, na concretude do texto literário — palavra que é — poderia emanar em termos de explicações possíveis sobre o existir. Questões, questões, questões. Eis o resíduo maior dessa contemplação. Proponho, então, um parágrafo só de questões sobre o “ser” humano.

Quem somos nós? Frutos da evolução? Somos uma força da natureza divina e dela parte inseparável? Somos corpo e alma em tensão constante? Seres que se agregam para sobreviver? Seres que pensam, e, por isso, existem? Simulacros, máscaras, duas caras, o/s Outro/s? Somos robôs, ciborgues, arquivos mortos? Personagens da máquina do mundo? Vítimas apenas das injunções sociais? Dependentes do cordão umbilical? Reféns da herança genética? Do tempo? Da sexualidade castrada? Do espelho sempre embaçado? Da violência urbana? Do medo? Das doenças? Das igrejas? Dos sistemas políticos? Da globalização? O que nos norteia e define: leis universais ou leis individuais? Leis divinas ou científicas? Até que ponto as crenças determinam a formação do indivíduo? E a Educação? E a falta de acesso à Educação sistematizada? Ou a melhor pergunta seria: o que queremos ou desejamos? Lembrando Cecília Meireles, eis a angústia final: em que espelho ficou perdida a minha (nossa) face?

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta de Teoria Literária da UFRN. Doutora (2004) e mestre (1998) em Ciência da Literatura pela UFRJ. Autora de livros de crítica literária, poesia e contos. Os mais recentes são: **Elas escrevem o épico** (Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005), **Fênix e harpia: faces míticas da poesia e da poética de Ivan Junqueira** (Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005), **Dança no espelho** (Rio de Janeiro: OPVS, 2005, contos), **Dois ensaios sobre poesia** (Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007) e o primeiro volume da **História da epopéia brasileira** (Rio de Janeiro: Garamond, 2007), escrito em parceria com Anazildo Vasconcelos da Silva. A Semiótica, a Crítica Feminista, a Mitocrítica e os Estudos Culturais norteiam suas abordagens à literatura.

Um repertório de questões de tal monta faz com que imediatamente surja um rol de fontes possíveis para a busca por respostas. Eis alguns nomes “canônicos”, sem preocupações diacrônicas, definições de áreas e, muito menos, pretensões de compor um rol suficientemente amplo, mas, sim, de fazê-lo intencionalmente caótico: Santo Agostinho, Jung, Alfred Adler, Platão, Karen Horney, Lacan, Erik Erikson, Beauvoir, Heidegger, Foucault, Charles Darwin, Freud, Hans Eysenck, Bhabha, Francis Galton, Kurt Lewin, Jean Piaget, George Kelly, Donna Haraway, Stuart Hall, Erich Fromm, Rollo May, Carl Rogers, R. B. Catell, Paulo Freire, Zygmunt Bauman, Gordon Allport, Michel Maffesoli, Harry Stack Sullivan, Walter Mischel, Melaine Klein, Nietzsche, Piaget, Kant, Marx, Joseph Campbell, ...! Sujeito descentrado, pensamento descentrado, caos, caos, caos. Diante de um quadro como esse, como definir um centro? E, mais especificamente, como falar em sujeito e identidade na literatura em tempos modernos e pós-modernos se a própria literatura parece tão refém do caos teórico?

Claro que a angústia da crítica (no caso, personificada por mim), tal como a angústia da criação e a angústia mesmo de ser, teria que ser administrada (porque debelá-la é praticamente impossível), já que a produção intelectual exige de cada um de nós, pela pretensa “natureza científica das abordagens”, uma definição de campos de pensamento e de escolha de enfoques.

Uma navegação ligeira, e já mais restrita, pelas adjetivações recebidas pelo “sujeito” parecia um caminho um pouco mais confortável. Assim, o sujeito cartesiano, pensado a partir de Descartes (1596-1650); o sujeito transcendental kantiano (Immanuel Kant, 1724-1804); o sujeito na perspectiva marxista (Karl Marx, 1818-1883); o sujeito psicanalítico freudiano (Freud, 1856-1939); o sujeito ontológico heideggeriano (Heidegger, 1889-1976); o sujeito psicanalítico junguiano (Carl Jung, 1875-1961); o sujeito psicanalítico lacaniano (Jacques Lacan, 1901-1981); o sujeito epistêmico piagetiano (Jean Piaget, 1896-1980); o sujeito do existencialismo sartriano (Jean Paul Sartre, 1905-1980); o sujeito mulher segundo Beauvoir (Simone de Beauvoir, 1908-1986); o sujeito morto foucaultiano (Michel Foucault, 1926-1984); o sujeito ciborgue harawayano (Donna Haraway, 1944), o sujeito nômade de Maffesoli (1944) e o sujeito pós-moderno da concepção de Stuart Hall (1932) começaram a se desenhar como peças de um quebra-cabeças que não se encaixam nunca, mas que, aproximadas, compõem um pano de fundo que, lembrando um quadro cubista analítico, tanto revelarão os fragmentos (por estarem separadas) quanto a unidade (por terem como foco comum a questão do sujeito) de um painel agora já não tão caótico de consultas possíveis em busca de respostas improváveis.

De outro lado, se isolarmos do conceito de “sujeito”, o de “identidade” e o de “personalidade”, teremos, ainda, novos desdobramentos nesse painel. A personalidade, por exemplo, denotativamente conceituada como um conjunto estruturado e estruturador de caracteres que distinguem os indivíduos, será redefinida por perspectivas ora divergentes ora congruentes como a psicanalítica, a neoanalítica, a biológica, a behaviorista, a cognitiva, a humanística e a interacionista, em que, respectivamente, os impulsos sexuais, a luta do *self*, os limites da herança biológica, as experiências de aprendizagem como modeladoras da personalidade, a natureza ativa do pensamento humano, a natureza espiritual como dado relevante e a adequação da personalidade às circunstâncias (gerando diferentes *selves*) serão os pontos de vista norteadores de suas concepções sobre a construção da personalidade. Em outro foco, quando se pensa em “identidade” como um conjunto de elementos que permitem saber quem uma pessoa é, chega-se rapidamente à necessidade de se avaliarem injunções sociais, políticas, econômicas, culturais, enfim, que, de fato, impedem que se chegue a esse reduzido e definido “é”. Entram, então, em cena, o Desconstrutivismo, a Crítica Feminista e os Estudos Culturais, que expandem suas reflexões, deslocando o eixo teórico de uma perspectiva, digamos, mais “ontológica” para outra, mais “cultural”, sinteticamente definindo.

De algum modo, a contemplação desse painel, com seus desdobramentos, me fez pensar que o *pensamento*, a *linguagem*, o *desejo*, a *alteridade*, a *biofisiologia* e a *cultura* — e todas as possibilidades semânticas que esses termos nos trazem — são os ímãs que atraem e agrupam essas vertentes, dirigindo, portanto, a própria reflexão de quem se debruça sobre as peças.

Visivelmente norteadada pelo fator “cultura”, uma vez que pensar o “sujeito mulher” e as condições para a permanência do heroísmo épico passava por demandas de evidentes contornos culturais, e igualmente certa de que visões niilistas nunca foram condizentes com meu otimismo e minha esperança de um mundo melhor, percebi ser necessário colocar o pescoço no cadafalso e conviver com a tal polêmica desde cedo antevista. Afinal, por que a polêmica deveria, necessariamente, ser tão desconfortável? Sob outro ângulo, também me pareceu que esse imbricado tabuleiro de incursões teóricas acerca da existência humana ratificou e, de certo modo, impulsionou, o processo de refragmentação de identidades já fragmentadas pela incongruência entre o individual e o social. Em alguns momentos, ousei dizer, o exercício da crítica literária, sustentada pelo tal painel caótico, ganhava contornos de um combate à própria literatura, uma vez que acabou estabelecendo uma espécie de “ditadura da criação”, em que textos literários de tom crítico mais pessimista e um certo sabor de fel pareciam potencialmente mais aptos ao *status* de arte. Ou seja, o sujeito fragmentado, descentrado ou morto necessariamente deveria ser reconhecido na e pela obra de arte, o que me soou como uma inversão as coisas: primeiro a teoria, depois, a literatura. E eu, diante de meus olhos, tinha textos literários, em que mulheres se faziam sujeitos da própria escritura — o que não deixa de ser uma constatação positiva — e outros, em que um sujeito épico, real, enfrentando a selva escura como qualquer herói ou heroína de outros tempos, ainda que sob “vestes” novas, se fazia símbolo da permanência possível de uma identidade cultural no terreno movediço da globalização. Logo, nada de sujeitos mortos. Nada de uma derrocada irreversível da humanidade. A resposta que eu buscava, portanto, teria que ser outra.

Cerquei-me, então, de dois pensamentos — o de Stuart Hall e o de Homi K. Bhabha — bastante afinados com a idéia que começava a se delinear em minhas reflexões: se algo havia morrido não era o sujeito, mas os modos de pensá-lo. Contudo, antes de mostrar as afinidades, destaco outra influência definitiva para que essa orientação fosse a escolhida: o contato denso com a produção lírica de Fernando Pessoa e seus heterônimos. A meu ver, Pessoa, com seu fantástico projeto, negou, intencionalmente ou não (não entro no mérito por falta de espaço), a morte do sujeito. Ao contrário, afirmou sua multiplicidade. Vários em um e uma produção real, de impecável arquitetura criativa, formam uma das mais importantes heranças que a literatura deixou para que o ser humano pensasse a si próprio e impusesse ao mundo sua forma camaleônica de ser. De “ser”, registre-se bem.

Com Stuart Hall, e seu livro **A identidade cultural na pós-modernidade**, pude vislumbrar de forma mais organizada e sintética, uma diacronia da inscrição cultural do sujeito no mundo. Assim, as categorias *sujeito do Iluminismo*, *sujeito sociológico* e *sujeito pós-moderno* responderam muito bem à necessidade de agregar peças.<sup>2</sup>

O primeiro sujeito de que fala Hall constituiu-se, categoricamente, a partir das construções teóricas de Descartes que, ao postular a dicotomia matéria X mente, encarou o ser humano como sujeito de uma experiência racionalizada de vida. Essa postulação veio desconstruir a subserviência do ser humano às lógicas religiosas que castravam o autoconhecimento com a finalidade de exercer controle sobre o comportamento humano. Por essa razão, antes dessa consciência racional do existir em si e por si próprio, ou até o que Hall chama de sujeito do Iluminismo, o ser humano não se podia compreender como sujeito. Mesmo no auge da antropocêntrica época clássica, caberia ao filósofo conduzir os seres humanos em direção ao conhecimento inteligível, desviando-os do caminho sensível que, na perspectiva filosófica, alienaria o ser do conhecimento, levando-o ao erro, ou a *pseudos*. No plano das criações artísticas, os deuses assumem essa função de conduzir o humano pela vida. Com o Cristianismo, a Religião passou a assumir esse papel de guia. E assim o foi durante praticamente dez séculos.

---

<sup>2</sup> A discriminação das categorias identificadas por Hall foi extraída do livro **História da epopéia brasileira**, para evitar uma paráfrase inútil de meu próprio texto.

A complexidade das sociedades modernas, entretanto, diluiu o poder de ação do sujeito cartesiano até trazer à tona, no final do século XIX, as injunções sociais e os determinismos biológicos darwinianos, fatores decisivos para que o deslocamento do individual para o social fosse processado. A individualidade passou, então, a ser apenas um dado na complexidade da experiência humano-existencial, cuja orientação seguia, agora, os rumos de uma apreensão mais cultural das relações entre o indivíduo e a sociedade. Nesse processo, entretanto, ainda se pôde sentir a vigência de uma construção de pensamento tipicamente cartesiana, pois, num dualismo evidente, coube à Psicologia a compreensão do sujeito individual e à Sociologia, a compreensão do sujeito social. Perdido no manuseio de suas máscaras sociais, o sujeito sociológico (identificado por Hall) não acessou ou integrou sua dimensão individual. Implicitamente, porém, a marca do individual continuava a ser uma projeção masculina, somada, agora, aos referentes rático (branco), geográfico-cultural (ocidental) e econômico (burguês).

A impossibilidade de se estabelecer uma unidade entre o individual e o social projetou o sujeito numa situação caótica e fez surgir, como afirma Hall, “a figura do indivíduo isolado, exilado ou alienado, colocado contra o pano-de-fundo da multidão ou da metrópole anônima e impessoal” (2002:32). Desde o final do século XIX, obras pontuais de artistas como Baudelaire e Kafka destacaram a experiência insólita do sujeito, ora tomado como um *flaneur*, ora como um *dandy*, ora como um sujeito fora de seu corpo. O deslocar-se, como um corpo perdido no espaço ou como uma mente fora de seu corpo, revelou o descentramento do ser e evidenciou o caráter metonímico da experiência humano-existencial; ou seja, fragmentada a identidade do sujeito, o mesmo incorporou um constante deslocar de máscaras que o sintonizam simultaneamente aos outros e ao mundo, sem, contudo, fornecer-lhe subsídios para resgatar uma individualidade centrada. O sujeito, portanto, perdeu-se de si mesmo, ou, segundo muitas teorias, deixou de existir como categoria. Há, todavia, outras possibilidades de avaliação da problemática do descentramento do ser. Segundo Hall, por exemplo, “uma estrutura deslocada é aquela cujo centro é deslocado, não sendo substituído por outro, mas por uma pluralidade de centros de poder” (2002:16). Refletindo sobre esse ser descentrado, por ele definido como sujeito pós-moderno, Hall reconhece cinco postulações teóricas que incidiram para a transformação do sujeito do Iluminismo em sujeito pós-moderno, passando pelo sujeito sociológico: o estruturalismo marxista, representado, principalmente, por Louis Althusser; a descoberta do inconsciente por Freud e visões subseqüentes, como as de Lacan; o estruturalismo lingüístico de Ferdinand de Saussure e pensamentos posteriores, como os de Jacques Derrida e pensadores afins, que chegaram ao caráter multimodular das palavras e à impossibilidade real de um discurso individualizado; os estudos filosóficos e historicistas de Michel Foucault sobre os mecanismos de poder e controle disciplinares, cujo objetivo é conferir docilidade ao ser humano; e, finalmente, as postulações teóricas e os movimentos sociais de natureza feminista, tais como os de Simone de Beauvoir e Julia Kristeva, entre outras, que desconstruíram dicotomias culturalmente arraigadas como, por exemplo, “o público e o privado” e direcionaram seu pensamento e sua ação para a apreensão da formação das identidades sexuais e de gênero<sup>3</sup>.

Homi K. Bhabha, por sua vez, trouxe-me, com o hoje tão polêmico (sempre a polêmica...) conceito de “entre-lugar”, uma possibilidade de articular as idéias que iam se formando durante todo esse processo de montar e desmontar o impossível quebra-cabeças. Refletindo sobre as relações possíveis entre a aparente indefinição de identidades e a necessidade de se estabelecerem novos espaços afirmativos de fala e de cultura, Bhabha reflete:

O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividade originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses “entre-lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação — singular ou

---

<sup>3</sup> Encerra-se aqui o texto da **História da epopéia brasileira**.

coletiva — que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria idéia de sociedade. (1998:19-20)

Sendo o *sujeito pós-moderno*, como foi visto, um sujeito descentrado, será, como Bhabha propõe, no *entre-lugar* que o redescobriremos como sujeito. Se o *entre-lugar* traz consigo as marcas das diferenças, não pode deixar de integrar à sua estrutura complexa dimensões diversas da experiência humano-existencial, entre elas, a mítica, a mística, a histórica, a afetiva, a sexual, a política, etc... Ou seja, uma nova leitura do sujeito deve considerar que apenas um, dois, ou poucos aspectos privilegiados por ciências específicas são insuficientes para sustentar (ou negar) a conceituação de “sujeito” e de “identidade”, uma vez que tal reducionismo leva o sujeito, como conceito, a ser uma espécie de refém da ciência que o estuda.

Nessa linha de raciocínio, a fragmentação do sujeito e seu descentramento talvez não tenham impossibilitado a compreensão do ser como indivíduo, mas, sim, solucionado, ou ao menos tornado mais clara, a questão da individualidade. Pode-se, assim, pensar que o indivíduo não mais existe (se é que existiu de fato) como unidade conceitual fixa, psíquica ou cultural, “pois é múltiplo em si mesmo, vários em um, potências de ser e de não-ser que se realizam a partir das igualmente múltiplas e fracionadas experiências” (RAMALHO, 2007) Embora essa visão seja antagônica às perspectivas de ordem dialética — que, até bem recentemente, orientaram a evolução do pensamento ocidental — já que estabelece a existência não de um, mas de vários sujeitos em um, não há como se negar a abertura de visão e compreensão da experiência humano-existencial decorrentes dessa nova abordagem à questão do sujeito. A multiplicidade do sujeito, nesse enfoque, não seria, portanto, uma impossibilidade de identidade, mas uma nova forma de compreensão da mesma. Por tudo isso, a partir da aproximação entre o *sujeito pós-moderno*, definido por Hall, e o *sujeito cultural híbrido*, que aqui se propõe, chega-se à outra possibilidade de leitura da questão da identidade nestes tempos pós-modernos.

O ser humano hoje, mais que nunca, reflete o movimento e as transformações do mundo. Como relata Bauman, o movimento, hoje, nos traduz:

Muitos mudam de lugar — de casa ou viajando entre locais que não são o da residência. Alguns não precisam sair para viajar: podem se atirar à Web, percorrê-la, inserindo e mesclando na tela do computador mensagens provenientes de todos os cantos do globo. Mas a maioria está em movimento mesmo se fisicamente parada — quando, como é de hábito, estamos grudados na poltrona e passando na tela os canais da TV via satélite ou a cabo, saltando para dentro e para fora de espaços estrangeiros com uma velocidade muito superior à dos jatos supersônicos e foguetes interplanetários, sem ficar em lugar algum tempo suficiente para ser mais do que visitantes, para nos sentirmos em casa. (1998:85)

Nesse movimento, o sujeito que foi grego, filho de Deus, cristão, homem, branco, europeu, aristocrata, burguês, trabalhador, operário, decadente, vagabundo, marginal, minoria, miserável, exilado, ciborgue, transformista, e, quase sempre, artista, continua a ser tudo isso... Porém, não isoladamente, não um só, mas todos, ao mesmo tempo, num mesmo corpo, caleidoscópico corpo, que o cubismo analítico previu — quando estilhou a imagem, mantendo-a viva no segundo plano da percepção — e a globalização, no reverso da face perversa que possui, incentivou. Agregando e expurgando células, o sujeito híbrido se movimenta pelo mundo, metamorfoseia-se, é cada vez mais plural e, por isso, também cada vez mais único, como um mapa genético. Nessa via, a multiplicidade do sujeito não seria uma impossibilidade de identidade, mas uma nova forma de compreensão da mesma. Todavia, o movimento e a metamorfose, assim como as células ou os fragmentos mais arraigados em nós, só expandem o ser, quando este vivencia a liberdade da expansão por meio do trânsito pelas relações humanas, pelos espaços, pelo conhecimento. Assim, entre os mais importantes

pilares para a expansão do sujeito está a educação, não apenas a formal, mas toda e qualquer forma de se incentivar o aperfeiçoamento das faculdades humanas e das relações entre os seres. Logo, a compreender o sujeito cultural híbrido como uma categoria positiva de leitura do caráter múltiplo da inscrição humana no mundo, não posso deixar de ressaltar que o traço positivo está na leitura, mas pode não estar na realidade, se não houver transformações sérias nos modos e nos meios de circulação do conhecimento e nos modos e meios de se realizarem as trocas simbólicas que revigoram e renovam o ser.

Concluo com versos de Pessoa, cuja angústia de ser híbrido resultou no sujeito múltiplo e único que sua poesia nos legou, e com o voto explícito (polêmico?) a favor de mais literatura e menos afetação teórica.

*Não sei quantas almas tenho.  
Cada momento mudei,  
Continuamente me estranho.  
Nunca me vi nem achei.  
De tanto ser, só tenho alma.  
Quem tem alma não tem calma,  
Quem vê é só o que vê,  
Quem sente não é quem é,*

*Atento ao que sou e vejo,  
Torno-me eles e não eu.  
Cada meu sonho ou desejo  
É do que nasce e não meu.*

*Sou minha própria paisagem,  
Assisto à minha passagem,  
Diverso, móbil e só,  
Não sei sentir-me onde estou.*

*Por isso, alheio, vou lendo  
Como páginas, meu ser.  
O que segue não prevendo,  
O que passou a esquecer.  
Noto à margem do que li  
O que julguei que senti.  
Releio e digo: “Fui eu?”  
Deus sabe, porque o escreveu.*

(1974:685, datado de 24/8/1930)

#### Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A., 2002.
- PESSOA, Fernando. **Obra poética**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1974.
- RAMALHO, Christina. O sujeito épico. In: SILVA, Anazildo Vasconcelos da; RAMALHO, Christina. **História da epopéia brasileira**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, parte II, p.223-39.